



TESOURO NACIONAL

RTN 2021

Julho

Publicado em
30/08/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial do
Tesouro e Orçamento
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2020/2021 – Valores Nominais*

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2020/2021

Discriminação	Jan-Jul		Variação (2021/2020)		Julho		Variação (2021/2020)	
	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	769.529	1.067.526	38,7%	29,9%	111.099	167.181	50,5%	38,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	152.374	196.368	28,9%	20,7%	20.848	28.053	34,6%	23,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	617.155	871.158	41,2%	32,2%	90.251	139.128	54,2%	41,4%
IV. DESPESA TOTAL	1.122.387	944.590	-15,8%	-21,4%	178.138	158.957	-10,8%	-18,1%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-505.232	-73.432	-85,5%	-86,8%	-87.886	-19.829	-77,4%	-79,3%
Tesouro Nacional	-289.563	121.510	-	-	-67.932	16.442	-	-
Banco Central	-350	-329	-6,2%	-12,2%	-80	-37	-53,3%	-57,2%
Previdência Social (RGPS)	-215.319	-194.614	-9,6%	-15,9%	-19.875	-36.234	82,3%	67,3%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-12,1%	-1,5%	-	-	-14,0%	-2,8%	-	-

Memorando:

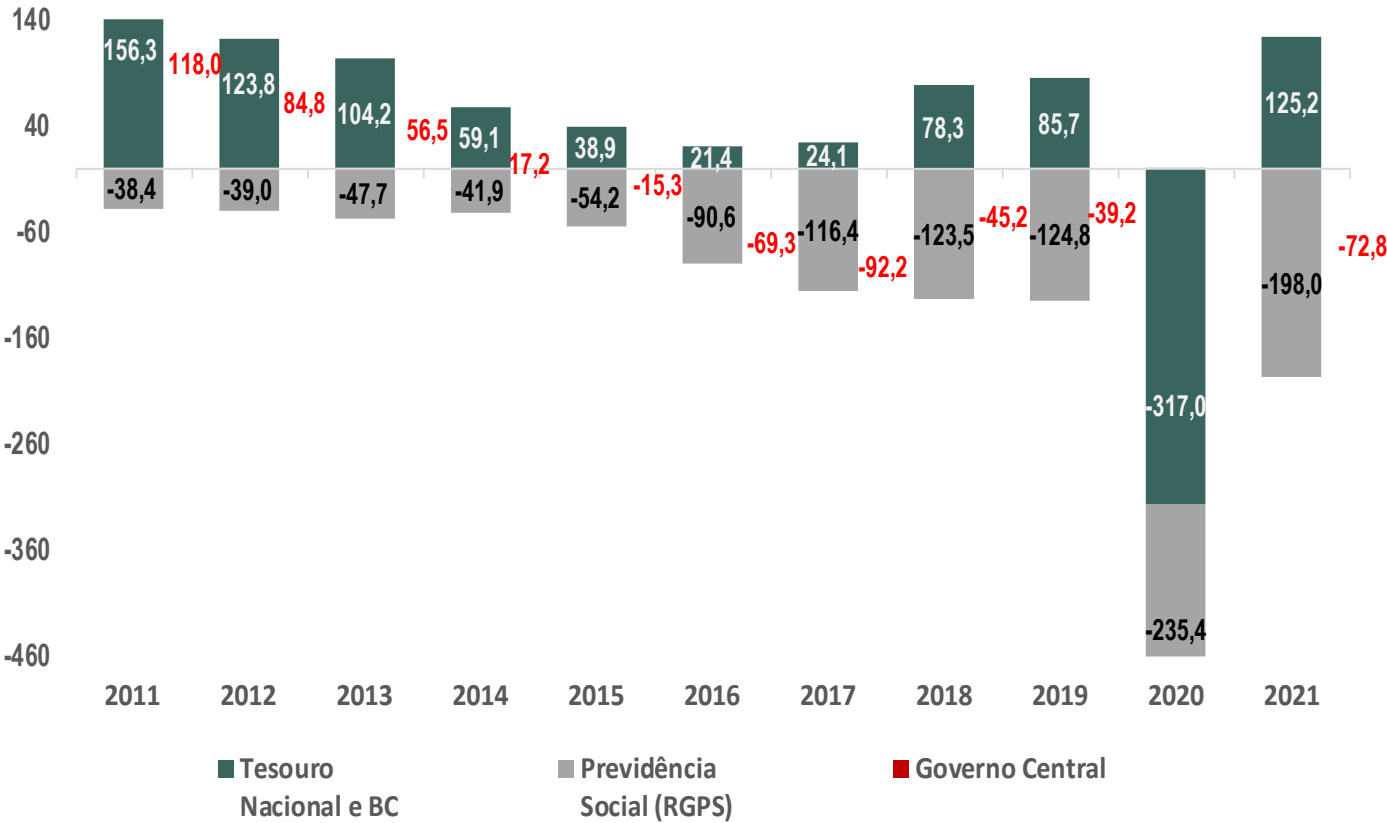
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	-289.913	121.182	-	-	-68.011	16.405	-	-
---	----------	---------	---	---	---------	--------	---	---

Em **julho de 2021**, houve **déficit primário de R\$ 19,8 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 87,9 bilhões em julho de 2020** (valores nominais).

No acumulado até julho de 2021, houve déficit de R\$ 73,4 bilhões frente a déficit de R\$ 505,2 bilhões em 2020 (em valores nominais). Resultado influenciado pela evolução da arrecadação bem como pela focalização dos gastos em resposta à crise Covid-19.

Resultado Fiscal do Governo Central

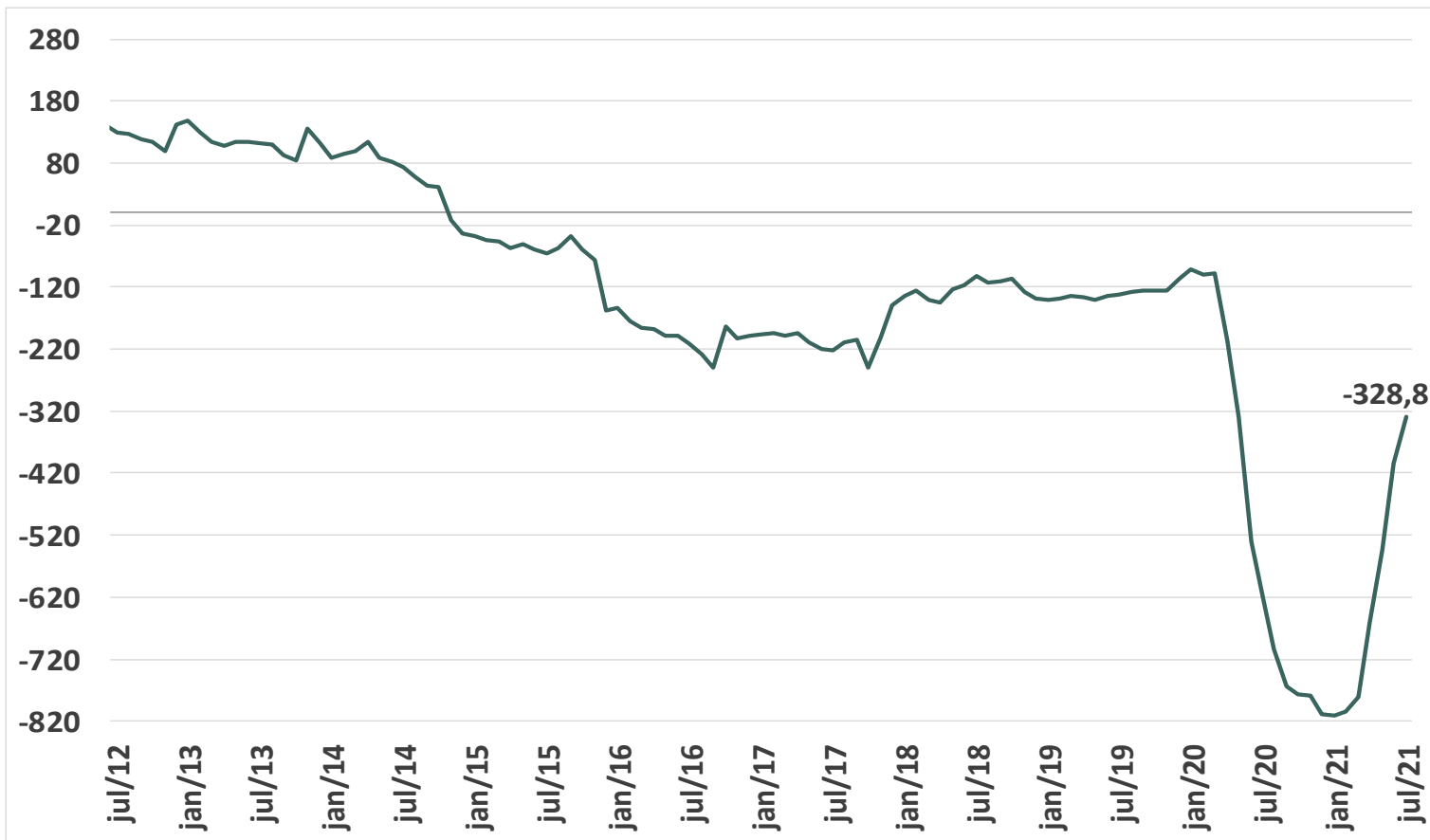
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2021 – R\$ Bilhões – A preços de jul/21– IPCA



Até julho de 2021, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 198,0 bilhões** (a preços de jul/21), enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **superávit de R\$ 125,2 bilhões**.

Resultado Fiscal do Governo Central

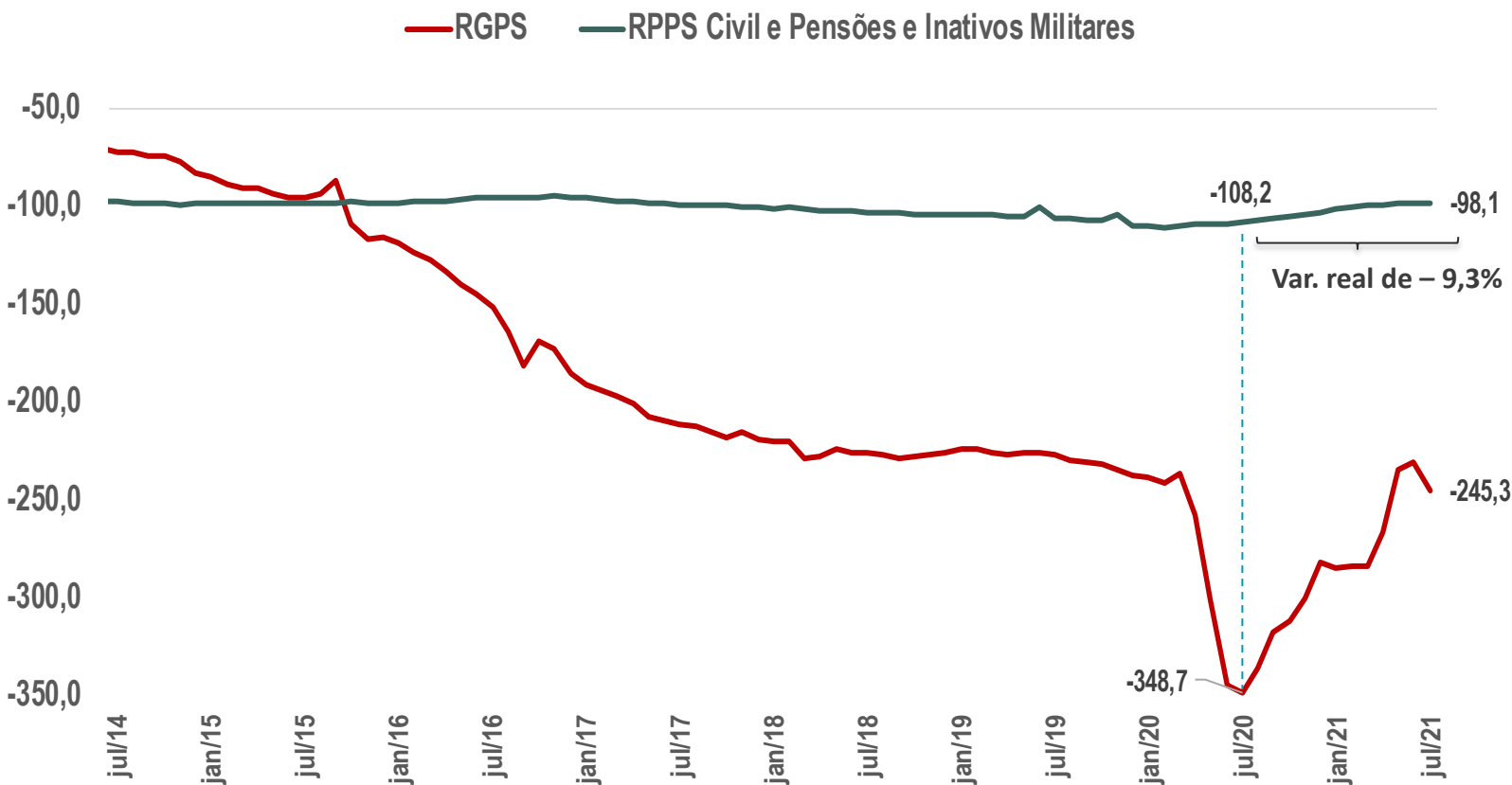
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2012/2021 – R\$ Bilhões – A preços de jul/21– IPCA



O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até jul/2021) foi de **déficit de R\$ 328,8 bilhões**, equivalente a **3,8% do PIB**.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2014/2021 – R\$ Bilhões – A preços de jul/21- IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 343,4 bilhões (4,1% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até julho de 2021, a preços de jul/2021 – IPCA.

A redução do déficit do RGPS entre jul/20 e jul/21 em R\$ 103,4 bi deveu-se ao efeito conjunto da redução em R\$ 46,7 bi dos benefícios previdenciários e da elevação de R\$ 56,8 bi da arrecadação líquida do RGPS.

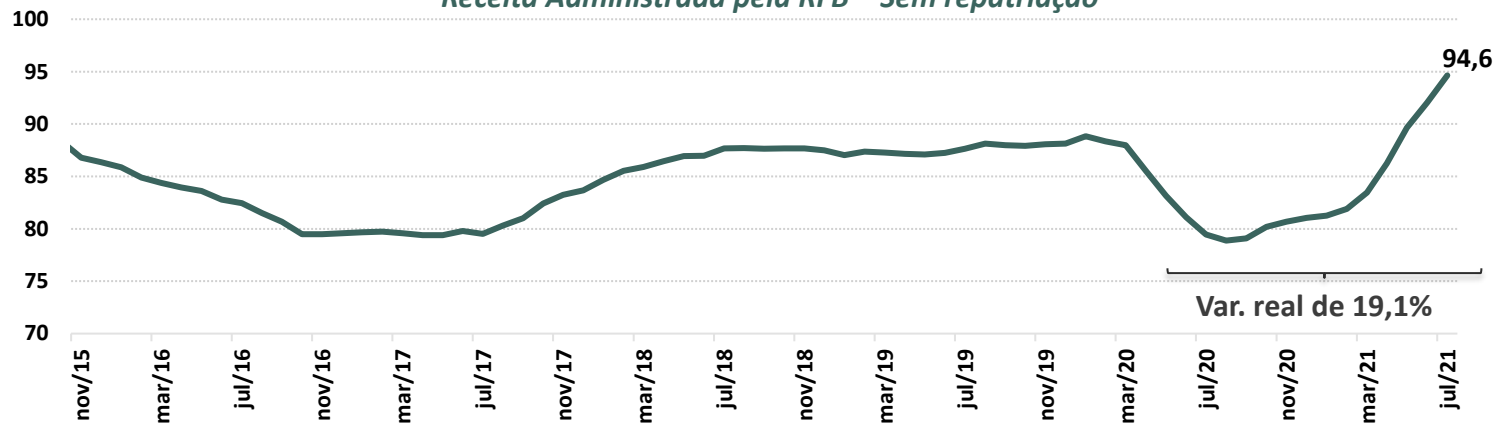
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

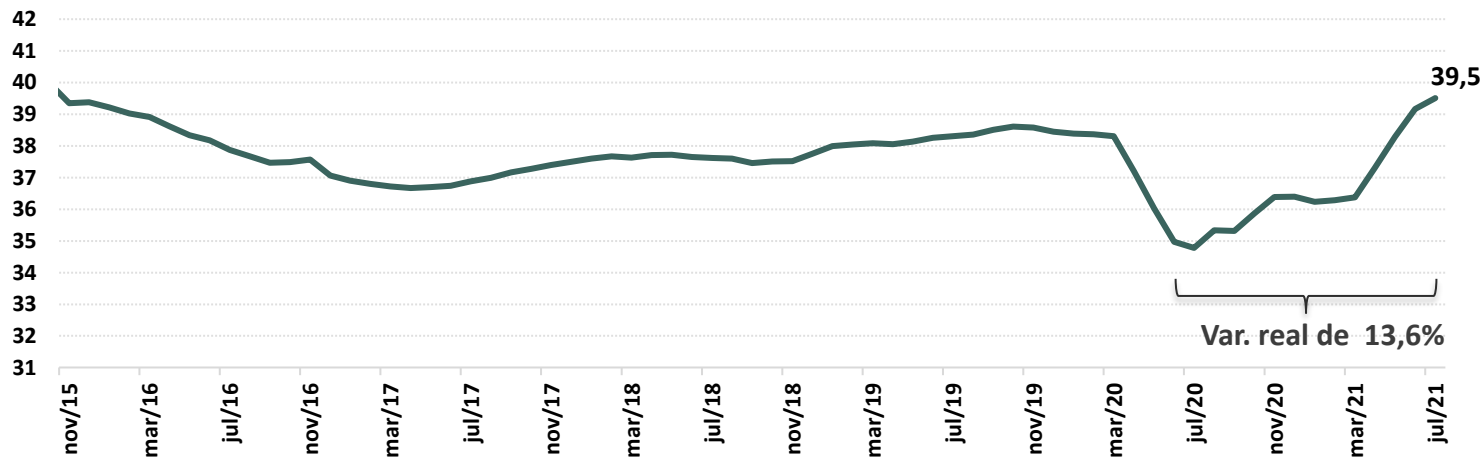
Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de jul/21- IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou elevação real de **19,1 %** em relação a julho de 2020, enquanto a variação registrada pela **arrecadação líquida para o RGPS** foi de **13,6%**.

Arrecadação Líquida para o RGPS



A dinâmica recente da arrecadação foi afetada pelo impacto sobre a atividade e diferimentos decorrentes da pandemia COVID-19.

Receitas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2020/2021 – A preços de jul/21- IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Julho		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	121.091,9	167.180,8	46.088,9	38,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	72.837,9	103.919,5	31.081,6	42,7%
Imposto de Importação	3.782,4	4.802,3	1.019,9	27,0%
IPI	4.567,2	5.103,0	535,8	11,7%
Imposto de Renda	28.088,6	44.723,3	16.634,7	59,2%
IOF	996,3	4.339,7	3.343,4	335,6%
COFINS	20.593,7	23.325,9	2.732,2	13,3%
PIS/PASEP	5.606,5	6.233,0	626,5	11,2%
CSLL	7.030,9	12.930,5	5.899,6	83,9%
CIDE Combustíveis	189,1	36,9	-152,2	-80,5%
Outras	1.983,2	2.424,9	441,7	22,3%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-52,0	-52,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	33.574,4	37.707,6	4.133,2	12,3%
Urbana	32.887,3	36.835,1	3.947,8	12,0%
Rural	687,1	872,5	185,4	27,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	14.679,6	25.605,8	10.926,2	74,4%
Concessões e Permissões	228,7	383,5	154,8	67,7%
Dividendos e Participações	3,0	49,9	46,9	-
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.569,6	1.453,9	-115,7	-7,4%
Exploração de Recursos Naturais	6.405,3	15.799,6	9.394,3	146,7%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.257,0	1.584,9	327,9	26,1%
Contribuição do Salário Educação	1.702,9	1.828,6	125,6	7,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Demais Receitas	3.513,1	4.505,4	992,4	28,2%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	22.722,8	28.052,9	5.330,1	23,5%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	98.369,1	139.127,9	40.758,8	41,4%

Em julho de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 46,1 bilhões (38,1%) em termos reais**, frente a julho de 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

- elevação de R\$ 31,1 bilhões na receita administrada pela RFB;
- aumento de R\$ 4,2 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS; e
- crescimento de R\$ 10,9 bilhões nas receitas não administradas.

Os expressivos ganhos de arrecadação pela exploração de recursos decorrem principalmente da Participação Especial da Produção de Petróleo ou Gás Natural

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 40,8 bilhões.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de jul/21 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021

Discriminação	Jan-Jul		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	840.220,0	1.091.497,7	251.277,7	29,9%
I.1 Receita Administrada pela RFB	530.294,2	693.391,8	163.097,5	30,8%
Imposto de Importação	26.266,6	36.207,0	9.940,3	37,8%
IPI	28.840,9	40.763,4	11.922,4	41,3%
Imposto sobre a Renda	249.624,7	309.611,9	59.987,1	24,0%
IOF	17.475,1	25.260,1	7.785,0	44,5%
COFINS	108.453,1	152.905,7	44.452,5	41,0%
PIS/PASEP	31.262,9	42.945,7	11.682,8	37,4%
CSLL	52.898,3	71.024,4	18.126,1	34,3%
CIDE Combustíveis	1.342,6	675,3	(667,2)	-49,7%
Outras Administradas pela RFB	14.130,0	13.998,4	(131,6)	-0,9%
I.2 Incentivos Fiscais	-150,5	-86,8	63,8	-42,4%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	210.872,2	248.176,6	37.304,4	17,7%
Urbana	206.093,8	242.233,7	36.139,8	17,5%
Rural	4.778,4	5.942,9	1.164,5	24,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	99.204,0	150.016,1	50.812,1	51,2%
Concessões e Permissões	1.890,7	2.305,8	415,1	22,0%
Dividendos e Participações	3.436,2	14.629,4	11.193,2	325,7%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	9.832,6	9.834,0	1,4	0,0%
Exploração de Recursos Naturais	38.060,7	56.996,9	18.936,3	49,8%
Receitas Próprias e de Convênios	8.612,3	9.648,6	1.036,3	12,0%
Contribuição do Salário Educação	12.734,9	13.025,4	290,5	2,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	34,6	0,0	(34,6)	-100,0%
Operações com Ativos	923,2	0,0	(923,2)	-100,0%
Demais Receitas	23.678,8	43.576,0	19.897,2	84,0%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	166.383,3	200.749,4	34.366,1	20,7%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	673.836,7	890.748,3	216.911,6	32,2%

No acumulado até julho de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 251,3 bilhões (29,9%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

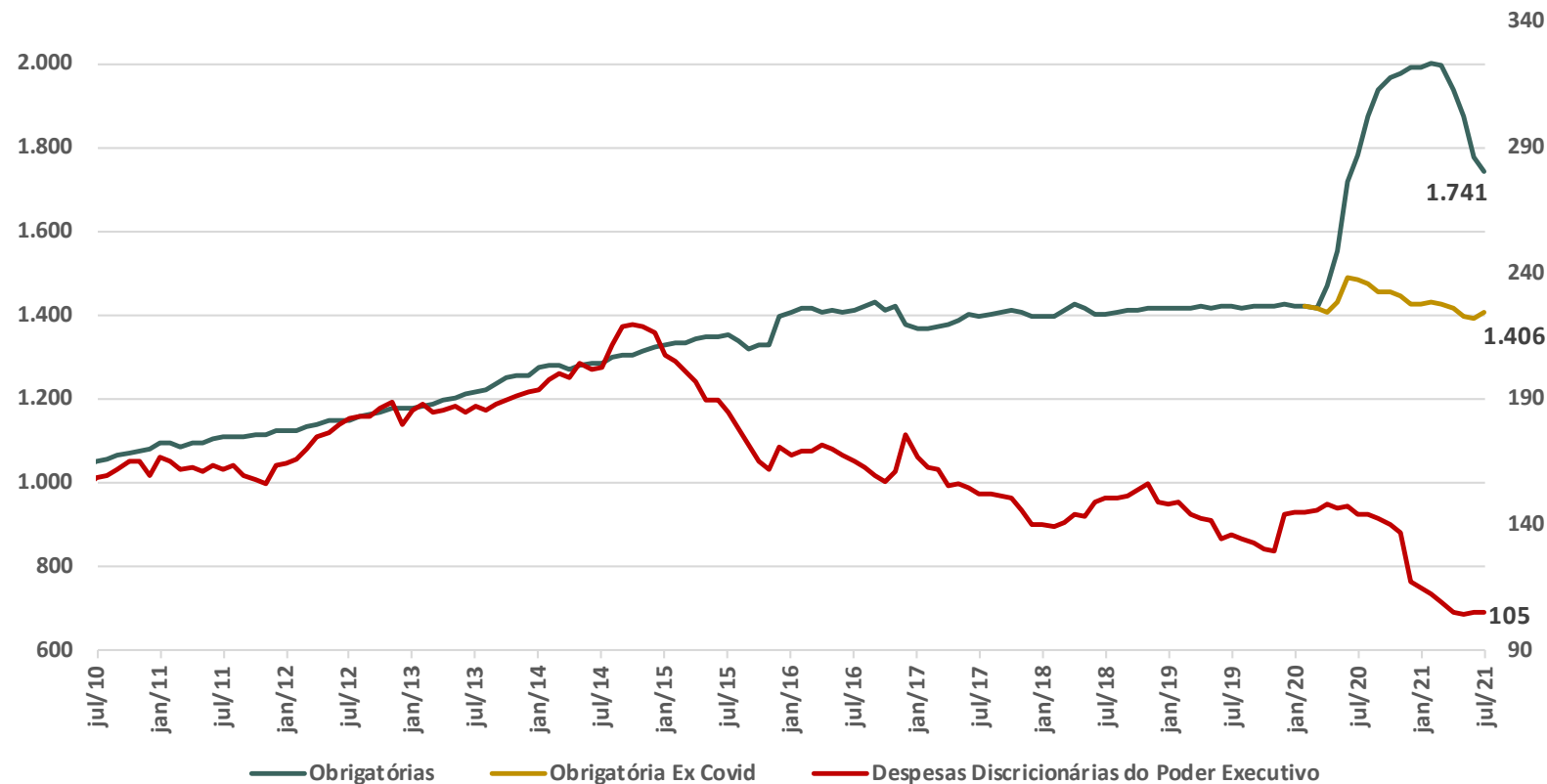
- elevação de R\$ 163,1 bilhões na receita administrada pela RFB;
- crescimento de R\$ 50,8 bilhões nas receitas não administradas; e
- aumento de R\$ 37,3 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 216,9 bilhões (32,2%) em termos reais frente aos sete primeiros meses de 2020.

A RFB estima redução de aproximadamente R\$ 74,8 bilhões no diferimento de tributos no período de jan-jul/21 em comparação ao mesmo período de 2020.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses
Brasil - 2010 a 2021: R\$ Bilhões – A preços de jul/21- IPCA*



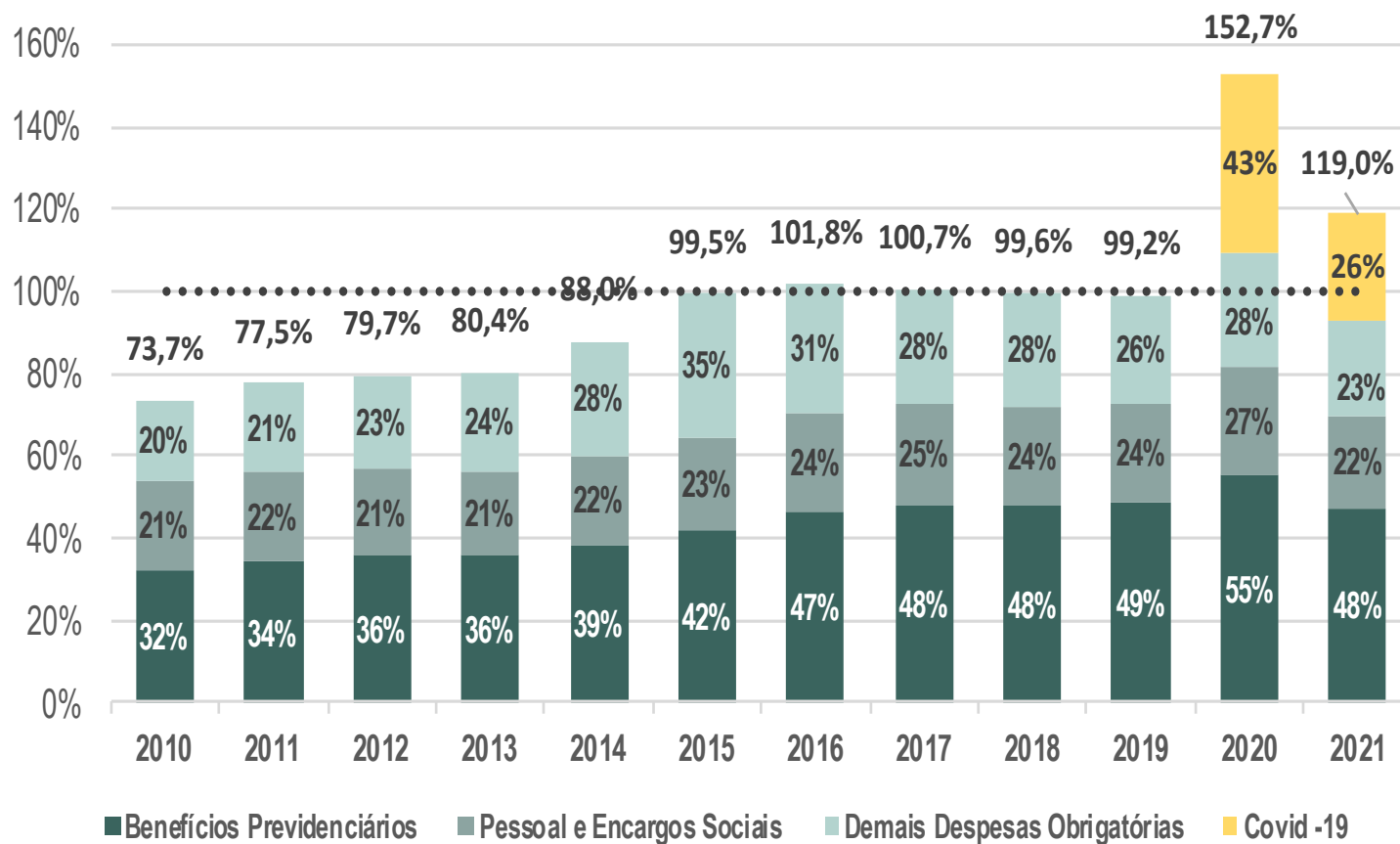
Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os **R\$ 335,3 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19**, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de jul/21) apresentam trajetória estável.

* Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias como proporção da Receita Líquida** – Brasil*
 2010 a 2020: Anual; 2021: Acumulado em 12 meses até julho



Desde 2015, as **despesas obrigatórias** consomem a **totalidade da receita líquida**.

O crescimento dos percentuais de 2020 em relação aos anos anteriores se deveu às despesas relativas à COVID-19.

Observa-se queda dos percentuais em 2021 influenciada pela elevação da arrecadação.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Exclui as receitas da cessão onerosa.

Despesas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de jul/21- IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Julho		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	194.160,8	158.956,7	-35.204,1	-18,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	55.237,3	73.941,3	18.704,0	33,9%
Benefícios Previdenciários - Urbano	43.829,6	60.464,6	16.635,0	38,0%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	1.403,2	1.400,3	-2,8	-0,2%
Benefícios Previdenciários - Rural	11.407,8	13.476,8	2.069,0	18,1%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	367,4	313,5	-54,0	-14,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	34.660,9	32.935,4	-1.725,5	-5,0%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	292,2	252,1	-40,1	-13,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	85.024,9	31.547,6	-53.477,3	-62,9%
Abono e Seguro Desemprego	4.902,1	2.345,3	-2.556,8	-52,2%
Apoio Fin. EE/MM	19.940,6	0,0	-19.940,6	-100,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.649,2	5.757,9	108,7	1,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	62.718,3	19.301,4	-43.416,9	-69,2%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	691,0	555,5	-135,5	-19,6%
Fundeb/Fundef- Complementação da União	1.218,9	1.626,4	407,5	33,4%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	920,4	940,6	20,3	2,2%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	332,3	332,3	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	365,0	46,8	-318,2	-87,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	-11.919,9	2.298,3	14.218,1	-
Impacto Primário do FIES	-12,2	-2.124,1	-2.111,9	-
Demais	551,5	467,1	-84,4	-15,3%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fi	19.237,7	20.532,4	1.294,7	6,7%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.023,2	10.700,7	677,5	6,8%
Discricionárias	9.214,4	9.831,7	617,2	6,7%

Memorando:

Outras Despesas de Custeio e Capital*	105.462,8	43.707,9	-61.754,9	-58,6%
Outras Despesas de Custeio	101.674,1	36.634,8	-65.039,3	-64,0%
Outras Despesas de Capital	3.788,7	7.073,2	3.284,4	86,7%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em julho de 2021 contra mesmo período de 2020, a **despesa total apresentou queda de R\$ 35,2 bilhões (18,1%) em termos reais.**

Variação determinada principalmente por:

- R\$ 43,4 bi em Créditos Extraordinários;
- R\$ 19,9 bi em Apoio Fin. EE/MM;
- R\$ 2,6 bi em Abono e Seguro Desemprego;
- R\$ 2,1 bi em FIES
- + R\$ 18,7 bi em Benef. Previdenciários e
- + R\$ 14,2 em Subsídios e Subvenções

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

No acumulado até julho de 2021 contra mesmo período de 2020, **a despesa total sofreu redução de R\$ 262,7 bilhões (21,4%) em termos reais**. As principais variações foram:

- Créditos Extraordinários (-R\$ 181,4 bi);
- Apoio Fin. EE/MM (- R\$ 43,6 bi);
- Despesas Discricionárias (- R\$ 11,5 bi);
- Abono e Seg. Desemprego (-R\$ 10,3 bi);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 6,3 bi); e
- Sentenças Jud. e Precat. (- R\$ 5,9 bi).

Variações influenciadas diretamente pela redução nas despesas realizadas em decorrência da Covid-19.

Brasil – Anual – 2020/2021– A preços de jul/21 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Jan-Jul		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	1.226.240,4	963.568,0	-262.672,5	-21,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	446.255,8	446.201,6	-54,2	0,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	356.372,4	354.700,7	-1.671,8	-0,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	89.883,3	91.501,0	1.617,6	1,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	201.386,6	194.718,2	-6.668,4	-3,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	439.365,3	191.905,4	-247.459,9	-56,3%
Abono e Seguro Desemprego	42.684,4	32.409,3	-10.275,1	-24,1%
Apoio Fin. EE/MM	43.617,4	0,0	-43.617,4	-100,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	39.986,7	40.347,7	361,0	0,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	34,6	0,0	-34,6	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	250.253,8	68.894,7	-181.359,1	-72,5%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	11.164,7	11.720,3	555,6	5,0%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	6.274,4	5.773,3	-501,0	-8,0%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	3.282,5	3.282,5	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	23.562,7	17.661,2	-5.901,5	-25,0%
Subsídios, Subvenções e Proagro	11.514,2	5.233,0	-6.281,2	-54,6%
Impacto Primário do FIES	-232,1	-1.089,2	-857,1	369,3%
Demais	10.504,4	7.672,6	-2.831,9	-27,0%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	139.232,8	130.742,7	-8.490,1	-6,1%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	78.175,5	81.140,1	2.964,6	3,8%
Discricionárias	61.057,3	49.602,58	-11.454,7	-18,8%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	484.111,8	245.283,1	-238.828,7	-49,3%
Outras Despesas de Custeio	437.599,4	220.999,7	-216.599,7	-49,5%
Outras Despesas de Capital	46.512,4	24.283,39	-22.229,0	-47,8%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19¹ apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – 2021 – valores nominais – R\$ Milhões

Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 apurados pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal

R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	Acum. 2021
DESPESAS PRIMÁRIAS	2.023,4	1.061,3	5.170,7	11.848,5	16.119,6	12.744,0	19.314,4	68.281,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	69,1	20,2	60,5	10,4	74,4	51,2	61,0	346,8
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	69,1	20,2	60,5	10,4	74,4	51,2	61,0	346,8
II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.944,2	1.025,2	5.075,8	11.752,2	16.002,9	12.614,7	19.227,6	67.642,6
Ampliação do Programa Bolsa Família	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	279,1	77,6	337,0	9.028,8	8.919,1	8.713,1	8.477,3	35.832,0
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	346,0	47,8	29,3	208,0	1.428,3	1.888,9	2.418,8	6.367,1
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	1.243,2	256,1	1.971,4	1.367,6	3.830,6	449,7	1.681,0	10.799,7
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	-	-	-	-	-	-	5.000,0	5.000,0
Aquisição de Vacinas	75,9	643,7	2.738,1	1.147,7	1.824,9	1.563,0	1.650,5	9.643,8
II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.3.21 - Transferências Multas ANEEL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	0,8	5,6	25,7	67,6	25,9	62,2	15,4	203,2
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,8	5,6	25,7	67,6	25,9	62,2	15,4	203,2
II.4.2 - Discricionárias	9,4	10,4	8,6	18,2	16,4	15,8	10,4	89,1
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	9,4	10,4	8,6	18,2	16,4	15,8	10,4	89,1
DESPESAS FINANCEIRAS	125,0	0,0	250,0	0,0	0,0	10,0	58,0	443,0
DESPESAS TOTAIS "COVID-19"	2.148,4	1.061,3	5.420,7	11.848,5	16.119,6	12.754,0	19.372,4	68.724,8

Em julho de 2021, as despesas primárias em resposta à **crise COVID-19** totalizaram **R\$ 19,3 bilhões**.

As principais despesas foram (i) auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade, (ii) cotas dos fundos garantidores de operações oficiais de crédito e (iii) benefício emergencial de manutenção do emprego e renda.

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19¹

Brasil – 2020/2021 – valores nominais – R\$ Milhões

Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19

Atualizado diariamente

2020

2021

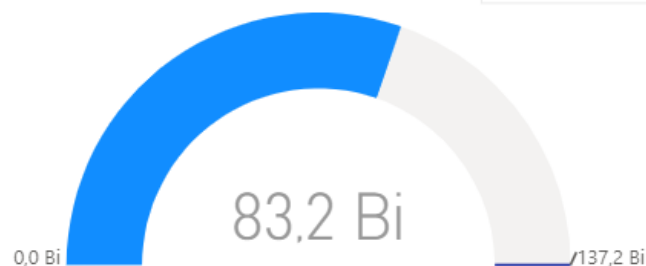
Última atualização

Até o mês de:

agosto

Pago
83,2 Bi

Previsto
137,2 Bi



Gastos com COVID-19 (R\$ bilhões)	Previsto	Pago	Saiba Mais						
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	64,90	44,29	MPs 937, 956, 970, 988, 999/2020, 1037, 1056/2021						
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	11,67	7,56	MPs nº 935/2020 e 1.044/2021						
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	5,00	5,00	MPs nº 977, 972, 997, 1.020/2020 e 1.053/2021						
Financiamento da Infraestrutura Turística	1,92	0,50	MP nº 963/2020						
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	25,94	14,20	Vide nota						
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	27,79	11,65	MPs nº 994, 1.004, 1.015/2020 e 1.048/2021						
Total	137,21	83,21							

A previsão de gastos com o enfrentamento ao COVID-19 para 2021 é de 137,2 bilhões.

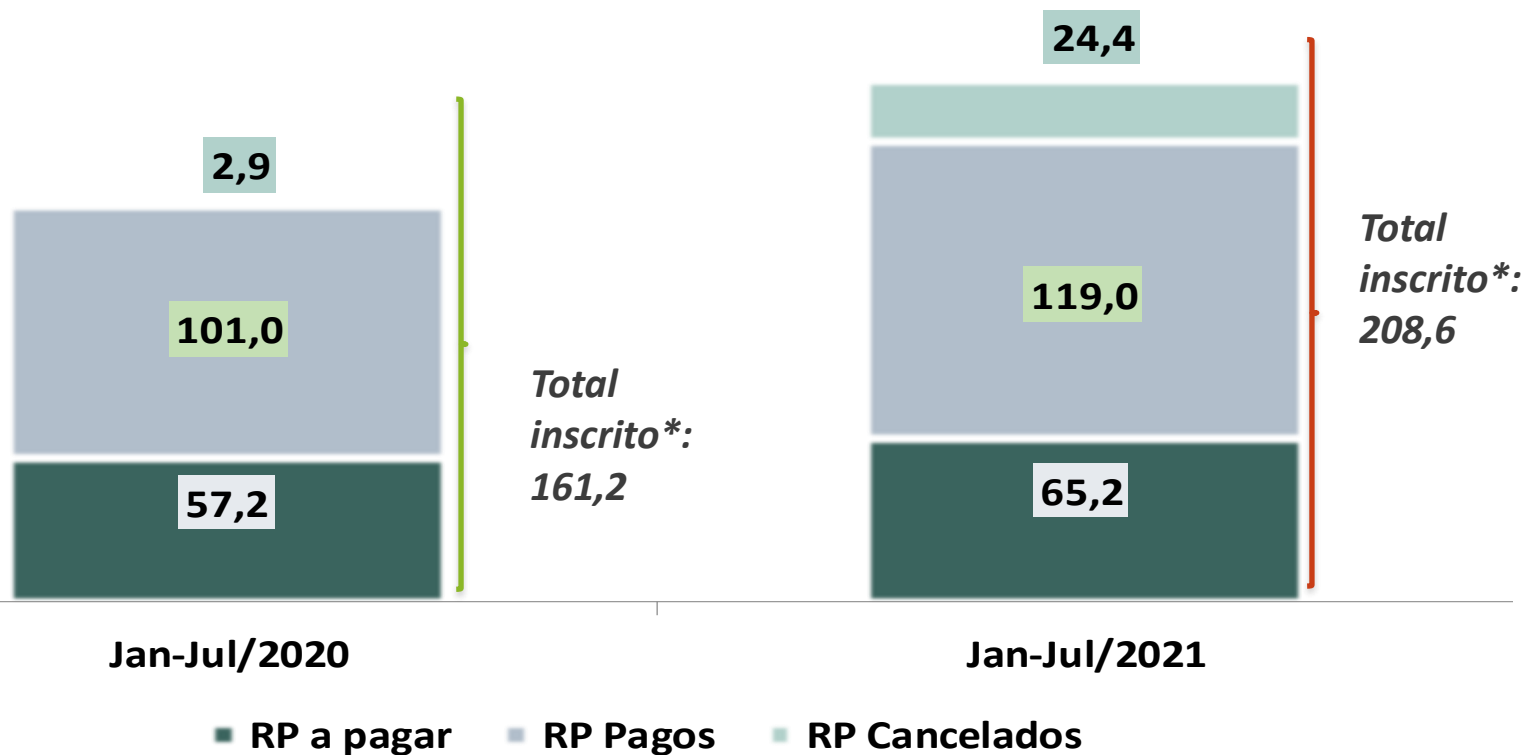
Desta dotação foram pagos, até o dia 27/08/2021, R\$ 83,2 bilhões.

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siof.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2020/2021 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até julho de 2021 correspondeu a **R\$ 119,0 bilhões**, contra **R\$ 101,0 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

Os **cancelamentos** até julho de 2021 totalizaram **R\$ 24,4 bilhões** frente a **R\$ 2,9 bilhões** no mesmo período de 2020.

• Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2021/114>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2020



R\$ 1.402.818.174.499,94

Limite Para 2021



R\$ 1.485.936.445.066,36

Pagamento acumulado em 2021

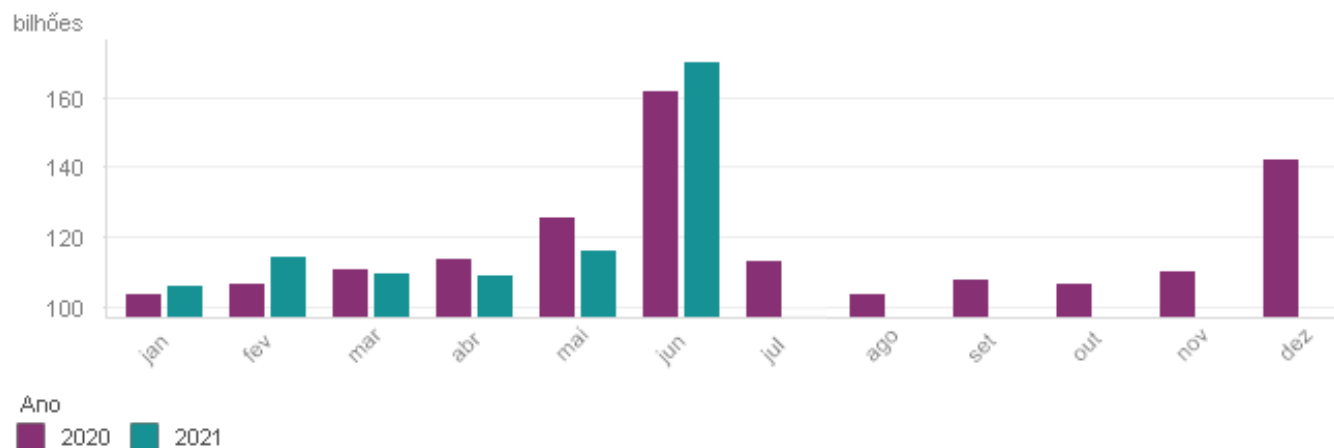


R\$ 859.877.185.607,78

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2021 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2021	PLOA 2021 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	859.877	1.485.936	57,9%
II.1 Poder Executivo	825.492	1.421.604	58,1%
II.2 Poder Legislativo	6.753	12.837	52,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.150	6.166	51,1%
II.2.2 Senado Federal	2.475	4.539	54,5%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.129	2.133	52,9%
II.3 Poder Judiciário ²	23.714	44.189	53,7%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	351	660	53,3%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	803	1.550	51,8%
II.3.3 Justiça Federal	6.170	11.436	54,0%
II.3.4 Justiça Militar da União	299	557	53,7%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.975	7.536	52,7%
II.3.6 Justiça do Trabalho	10.497	19.495	53,8%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.531	2.754	55,6%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	87	201	43,1%
II.4. Defensoria Pública da União	297	559	53,0%
II.5 Ministério Público da União	3.622	6.747	53,7%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1, 3}	3.581	6.661	53,8%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	41	86	48,2%

As despesas sujeitas ao teto totalizaram 57,9% do limite estabelecido no PLOA 2021.

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Jul		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2020 (a)	2021 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	833.932	859.877	3,1%	5,9%
II.1 Poder Executivo	799.608	825.492	3,2%	6,0%
II.2 Poder Legislativo	6.708	6.753	0,7%	10,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.112	3.150	1,2%	12,3%
II.2.2 Senado Federal	2.471	2.475	0,1%	9,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.125	1.129	0,3%	8,3%
II.3 Poder Judiciário ²	23.648	23.714	0,3%	3,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	358	351	-2,0%	4,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	814	803	-1,4%	8,5%
II.3.3 Justiça Federal	6.024	6.170	2,4%	4,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	297	299	0,9%	5,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.913	3.975	1,6%	6,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	10.640	10.497	-1,3%	2,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.500	1.531	2,1%	2,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	101	87	-14,5%	2,1%
II.4. Defensoria Pública da União	281	297	5,4%	13,2%
II.5 Ministério Público da União	3.686	3.622	-1,7%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1,3}	3.646	3.581	-1,8%	-0,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	39	41	5,0%	3,3%

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2021, na comparação com a despesa paga em 2020, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2020 para 2021 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

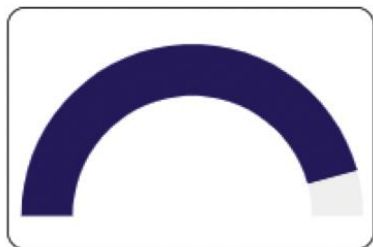
Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal



mês

julho de 2021


 % da despesa coberta com a
receita considerada

104,02%

 Margem de suficiência dos
últimos 12 meses

-62,94 Bi

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	12 Meses
Despesas de Capital	129,42 Bi	1.061,49 Bi	1.566,25 Bi
Receitas Consideradas	175,02 Bi	963,06 Bi	1.629,19 Bi
(+) Receitas de Operações de Crédito	167,73 Bi	1.303,81 Bi	2.268,30 Bi
(-) Variação do colchão da Dívida	-15,74 Bi	305,77 Bi	604,13 Bi
(-) Ressalva da EC 109/2021	8,45 Bi	34,98 Bi	34,98 Bi
Resultado	-45,60 Bi	98,43 Bi	-62,94 Bi

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2021: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até julho/2021, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 62,9 bilhões**.

O cumprimento da **Regra de Ouro** é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2021 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	Cenário 2021
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b - c)	1.946,5
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	2.111,5
(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)	122,4
(-) Dedução da EC n. 109, art. 3º, § 2º (c)	42,6
Despesas de Capital (II)‡	1.790,1
Investimentos†	37,5
Inversões Financeiras†	73,4
Amortizações	1.679,2
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	-156,4
Operações a serem ressalvadas - PLN 9/2021 (IV)	164,1
Margem com PLN 9/2021 (V = III + IV)	7,7

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

Fonte: Tesouro Nacional

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2021 apontam uma insuficiência a ser sanada com a aprovação de crédito suplementar que autorize a realização das operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, conforme o dispositivo constitucional.

O referido pedido de crédito suplementar foi enviado ao Congresso Nacional por meio do PLN 9/2021, no valor de R\$ 164,05 bilhões.

A utilização de fontes do superávit financeiro, como o resultado do BCB, da desvinculação de fundos públicos para pagamento de dívida pública, bem como a melhora do cenário de arrecadação contribuíram para reduzir a insuficiência, e consequentemente, a magnitude do crédito suplementar solicitado.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

SECRETARIA ESPECIAL

Tesouro  **Orçamento**

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

		Valores Correntes				
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	jul/11	11.103,1	jul/08	68.583,0	jul/11	119.124,6
2º	jul/08	7.204,6	jul/11	66.533,9	jul/08	78.614,9
3º	jul/07	5.162,7	jul/12	50.184,1	jul/12	75.541,3
4º	jul/05	4.757,4	jul/07	47.618,4	jul/13	70.303,5
5º	jul/12	3.769,8	jul/05	42.982,5	jul/07	54.988,7
6º	jul/04	3.621,9	jul/06	41.378,0	jul/05	54.871,5
7º	jul/13	3.417,9	jul/04	37.452,5	jul/06	51.068,6
8º	jul/06	3.027,1	jul/13	35.499,7	jul/14	47.879,6
9º	jul/03	2.807,9	jul/03	32.097,0	jul/10	44.687,9
10º	jul/99	2.157,3	jul/10	25.300,5	jul/04	44.435,5
11º	jul/02	1.781,3	jul/02	21.670,8	jul/03	42.003,4
12º	jul/09	1.509,6	jul/09	20.049,0	jul/01	24.658,8
13º	jul/01	1.188,7	jul/01	19.464,0	jul/02	23.944,0
14º	jul/10	726,0	jul/00	15.787,4	jul/09	22.904,4
15º	jul/00	355,9	jul/99	14.666,9	jul/00	21.284,7
16º	jul/98	-26,3	jul/14	11.220,1	jul/99	19.208,9
17º	jul/97	-107,9	jul/98	3.035,1	jul/98	1.831,3
18º	jul/14	-2.623,7	jul/97	3.004,6	jul/15	-46.378,0
19º	jul/19	-5.934,3	jul/15	-11.675,5	jul/18	-86.709,7
20º	jul/18	-7.488,1	jul/19	-35.244,9	jul/19	-116.384,8
21º	jul/15	-7.762,4	jul/18	-39.081,4	jul/16	-164.519,6
22º	jul/16	-19.226,5	jul/16	-55.692,8	jul/17	-182.216,1
23º	jul/21	-19.828,8	jul/21	-73.431,8	jul/21	-311.454,5
24º	jul/17	-20.154,5	jul/17	-76.633,3	jul/20	-565.052,0
25º	jul/20	-87.886,5	jul/20	-505.232,1		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de jul/21

R\$ Milhões - Valores de Jul/21 - IPCA					
Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
jul/11	19.453,4	jul/08	143.361,0	jul/11	215.285,1
jul/08	14.745,9	jul/11	117.966,0	jul/08	165.189,3
jul/07	11.239,4	jul/07	104.658,9	jul/05	131.609,8
jul/05	11.171,0	jul/05	102.098,3	jul/12	128.705,6
jul/04	9.063,0	jul/04	95.724,4	jul/07	121.390,2
jul/99	8.200,7	jul/06	93.714,7	jul/03	117.800,3
jul/03	7.504,8	jul/03	87.304,5	jul/06	116.395,9
jul/06	6.836,8	jul/12	84.849,7	jul/04	114.339,5
jul/12	6.278,6	jul/02	68.428,6	jul/13	113.010,1
jul/02	5.495,6	jul/01	66.053,7	jul/10	85.589,5
jul/13	5.356,6	jul/00	57.193,8	jul/01	84.291,8
jul/01	3.942,8	jul/99	56.721,7	jul/00	78.054,7
jul/09	2.956,8	jul/13	56.487,2	jul/02	76.156,8
jul/10	1.359,4	jul/10	47.992,1	jul/99	74.834,0
jul/00	1.263,6	jul/09	39.817,0	jul/14	73.303,2
jul/98	-104,6	jul/14	17.168,3	jul/09	46.040,4
jul/97	-442,2	jul/97	12.470,1	jul/98	7.335,0
jul/14	-3.860,8	jul/98	12.203,7	jul/15	-65.954,0
jul/19	-6.617,2	jul/15	-15.270,7	jul/18	-102.098,0
jul/18	-8.618,8	jul/19	-39.182,2	jul/19	-132.183,7
jul/15	-10.426,0	jul/18	-45.248,7	jul/16	-211.479,8
jul/21	-19.828,8	jul/16	-69.271,5	jul/17	-221.358,5
jul/16	-23.749,4	jul/21	-72.819,7	jul/21	-328.829,1
jul/17	-24.238,4	jul/17	-92.236,0	jul/20	-618.667,7
jul/20	-95.791,7	jul/20	-552.403,7		